

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA –
UNIRCAMPUSPROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GLEICE KELLY JOB DOS SANTOS

**AUDITORIA GOVERNAMENTAL E LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO –
LAI: UM ESTUDO NOS SÍTIOS ELETRÔNICOS DOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS
ESTADUAIS DE RONDÔNIA**

**Trabalho de conclusão de curso
Artigo Científico**

**Cacoal – RO
2017**

GLEICE KELLY JOB DOS SANTOS

**AUDITORIA GOVERNAMENTAL E LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO –
LAI: UM ESTUDO NOS SÍTIOS ELETRÔNICOS DOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS
ESTADUAIS DE RONDÔNIA**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para Conclusão de Curso de Bacharel em Ciências Contábeis sob a orientação da Profa. Ma. Liliane Maria Nery Andrade.

**Cacoal – RO
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

S237a Santos, Gleice Kelly Job dos.

Auditoria governamental e Lei de Acesso a Informação - LAI: um estudo
nos órgãos e secretarias estaduais de Rondônia / Gleice Kelly Job dos Santos.
-- Cacoal, RO, 2017.

33 f.

Orientador(a): Prof.^a Ma. Liliane Maria Nery Andrade

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) -
Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Lei de acesso. 2.Auditoria governamental. 3.Transparência. I. Andrade,
Liliane Maria Nery. II. Título.

CDU 657.6

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUSPROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O Artigo intitulado “**Auditoria Governamental e Lei De Acesso A Informação – Lai: Um Estudo Nos Sítios Eletrônicos Dos Órgãos e Secretarias Estaduais De Rondônia.**”, elaborado pela acadêmica, Gleice Kelly Job dos Santos foi avaliado pela banca examinadora em _____ de 2017, tendo sido _____.

A orientadora é a professora Ma. Liliane Maria Nery Andrade

Profa. Ma. Liliane Maria Nery Andrade
Presidente da Banca

Profa. Ma. Ellen Cristina de Matos
Membro da Banca

Prof. Esp. Glauber Candido Fagá
Membro da Banca

Nota

Cacoal– RO
2017

AUDITORIA GOVERNAMENTAL E LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO-LAI: UM ESTUDO NOS SÍTIOS ELETRÔNICOS DOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS ESTADUAIS DE RONDÔNIA.

Gleice Kelly Job dos Santos¹

RESUMO

A Lei de Acesso a Informação determina que todos os órgãos das três esferas governamentais deve se utilizar de todos os meios para disponibilizar as informações de natureza pública exceto as sigilosas para todo e qualquer cidadão de forma clara e objetiva, inclusive em seus sítios eletrônicos oficiais da internet. Esta pesquisa teve por objetivo analisar a transparência dos órgãos públicos estaduais do estado de Rondônia usando a técnica da auditoria governamental à luz da Lei de Acesso a Informação-LAI. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada junto aos sítios eletrônicos dos 46 (quarenta e sei) órgãos estaduais de Rondônia. Também foi realizado um roteiro de auditoria tendo como critério a Matriz de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Apesar do estado de Rondônia ter sido avaliado pela Controladoria Geral da União – CGU, Escala Brasil Transparente, com nota dez em 2016 verificou-se com o estudo, que a maioria dos órgãos e secretarias em análise não atendem os critérios pesquisados, sendo que 61% ou seja, 28 (vinte e oito) órgãos dos 46(quarenta e seis) pesquisados não possuem sequer o sítio eletrônico oficial e apenas 18 (dezoito) órgãos ao qual equivale a 39% do objeto de estudo possui sítio eletrônico oficial na internet. A resposta ao problema está relacionada ao referencial utilizado e ao período analisado. Esta pesquisa utilizou como critério, além da LAI, a Matriz de Fiscalização e, em razão disso e da metodologia distinta – esta pesquisa com questionário de 24 (vinte e quatro) questões e a da CGU com 10 (dez) questões, os resultados desta pesquisa não podem ser comparados com aqueles apresentados pela CGU.

PALAVRAS-CHAVES: Lei de Acesso, Auditoria Governamental, Transparência.

1 INTRODUÇÃO

Em novembro de 2011 ocorreu o marco regulatório do acesso à informação pública e dos direitos humanos em decorrência da regulamentação da Lei 12.527/2011, Lei de Acesso a Informação-LAI que instituiu que todos os órgãos públicos tem a obrigatoriedade de disponibilizar para qualquer cidadão que solicitar informações referentes aos atos da administração pública.

A utilização da técnica de auditoria governamental é útil em razão de evidenciar os aspectos da lei de acesso a informação que estão sendo ou não atendido pelos órgãos públicos em estudo, pois a Auditoria Governamental é um exame independente e objetivo de uma situação ou condição, em confronto com um critério ou padrão preestabelecido, para que se possa opinar ou comentar a respeito para um destinatário predeterminado efetuada em relação

¹Acadêmica concluinte do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia – Campus Francisco Gonçalves Quiles, com Trabalho de Conclusão de Curso elaborado sob a orientação da Professora. Liliane Maria Nery Andrade.

aos aspectos contábeis, orçamentários, financeiros, econômicos, patrimoniais e operacionais na administração pública (TCU, 2012).

Os critérios estabelecidos para realizar a auditoria governamental nos 46 (quarenta e seis) sítios eletrônicos dos órgãos e secretarias do estado de Rondônia estão contidos na matriz de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE/RO, 2017) e na LAI.

O objetivo deste trabalho foi verificar a transparência dos órgãos públicos estaduais do estado de Rondônia à luz da Lei 12.527/2011, Lei de Acesso a Informação, visto que o poder público tem como dever disponibilizar de maneira mais clara possível toda e qualquer informação de natureza governamental, exceto as que são de natureza sigilosa. Para isso foi utilizada a técnica de auditoria governamental que a confrontar critério que é o arcabouço legal e normativo com a situação encontrada.

Os objetivos específicos da pesquisa foram verificar como estão sendo disponibilizadas as informações previstas na Lei 12. 527 de 2011, nos sítios eletrônicos públicos estaduais de Rondônia; aplicar a técnica de auditoria governamental nos sítios eletrônicos dos órgãos estaduais do estado de Rondônia à luz da lei de acesso a informação e elaborar um *ranking* dos órgãos públicos estaduais de Rondônia no que tange ao cumprimento da Lei de Acesso a Informação.

Diante da obrigatoriedade da transparência da gestão pública para a sociedade considera-se importante demonstrar como os sítios eletrônicos do estado de Rondônia estão prestando tais informações à sociedade e constatar se a situação encontrada atende aos anseios da LAI, com a finalidade de acompanhar a gestão e o andamento das políticas públicas, para contribuir para a literatura e levar conhecimento para a sociedade a cerca dos direitos ao acesso a informação que é uma ferramenta de suma importância no controle da administração pública.

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva exploratória e quanto a abordagem é qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de um levantamento de critérios preestabelecidos com base nas determinações instituídas na LAI e na Matriz de Fiscalização do TCE/RO (TCE/RO, 2017) confrontados com a situação existente (encontrada) em cada sítio investigado. Dessa maneira, para verificar o cumprimento da LAI pelos 46 (quarenta e seis) órgãos públicos do Estado de Rondônia foi elaborado um roteiro de auditoria baseado na LAI e na Matriz de Fiscalização, composto por 24 perguntas fechadas, com questões que buscam informações quanto a transparência dos órgãos e secretarias.

A justificativa da pesquisa se deu em razão de verificar a transparência uma vez que o Estado de Rondônia se destacou obtendo em 2016, nota dez no *ranking* da CGU em transparência e combate a corrupção (GCU, 2017)

Diante dessa obrigação que os órgãos públicos têm perante a sociedade pergunta-se: a informação de interesse público, no estado de Rondônia, está sendo prestada em conformidade às exigências estabelecidas pela Lei de Acesso a Informação-LAI?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica apresenta uma revisão de literatura e contextualiza sobre a Lei de Acesso e seus procedimentos. Apresentam-se discussões sobre a informação pública no Brasil, Auditoria Governamental e os Procedimentos de Auditoria para Atendimento a Lei de Acesso a Informação, que visam demonstrar como está a transparência dos órgãos e secretarias estaduais no estado de Rondônia.

2.1A INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

O direito ao acesso à informação pública no Brasil está previsto na Constituição Federal de 1988 - CF/88 em seu artigo 5º inciso XIV, que determina que o direito ao acesso à informação pública deve ser assegurado a todos indivíduos, exceto informações consideradas sigilosas (CF, 1988).

O artigo 37 da mesma Carta dispõe que “toda a administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá ao princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. Além do art. 216, § 2º, da Lei Fundamental, constituindo, desse modo, o marco que protege o acesso à informação pública (CF, 1988).

Anos depois, em 2000, surge a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. A LRF é sustentada por quatro alicerces: o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilização e abrange a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (BRASIL, 2000).

A LRF está estruturada por setenta e cinco artigos e promove uma mudança institucional no trato com o dinheiro público. De acordo com Sacramento (2005), a lei se

tornou o principal instrumento regulador das contas públicas no Brasil, espera-se que a sua correta aplicação fortaleça o processo de *accountability* no Brasil.

Para Graciliano *et al* (2010), o termo *accountability* pode ser definido no âmbito público como o direito de cada cidadão a conhecer o desempenho de seus governantes, vinculado à obrigatoriedade destes de realizar prestações de contas sobre as suas ações. Já para o TCU (2012, p. 9), o termo *accountability* “representa mais do que o dever de prestar contas, não é só a obrigação de informar, o agente deve cultivar o desejo de informar.”

O artigo 48 da LRF estabelece que os instrumentos de planejamento e execução sejam objetos de ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público que incentive a participação da população na realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual (BRASIL, 2000). Para tanto faz-se necessário a participação popular no processo de LDO e LOA.

A Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011 regulamentada no poder executivo pelo decreto 7.724 de 16 de maio de 2012 vem na tentativa de consolidar no Brasil a transparência dos atos públicos, bem como o dispositivo previsto na constituição federal no seu art. 5º inciso XXXIII:

Todos têm direitos a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Para a Controladoria geral da União (CGU), a Lei Federal nº 12.527, de 2011 oferece ferramentas de combate a corrupção, exigência pela *accountability* governamental e transparência dos órgãos públicos. Essa grande mudança na gestão pública determina que o acesso à informação é a regra e o sigilo a exceção. Sendo assim todo cidadão tem o direito de acessar a informação de natureza pública, desde que não seja sigilosa (CGU, 2011).

O artigo 3º da Lei de Acesso a Informação (LAI), estabelece cinco importantes diretrizes, para atingimento do direito fundamental ao acesso; a) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; b) divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; c) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; d) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública e e) desenvolvimento do controle social da administração pública (BRASIL, 2011).

O artigo 8º da LAI determina que no banner de acesso a informação disponível na página inicial de cada sítio eletrônico de autarquia pública, o cidadão deverá ser encaminhado para uma seção específica onde deverá encontrar, no mínimo, itens de navegação que permitam o acesso às seguintes informações, vale enfatizar que a obrigatoriedade de divulgação das informações abaixo é exclusiva da União, dos Estados e dos Municípios com mais de 10 mil habitantes:

1. Registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
2. Registros de quaisquer repasses ou transparências de recursos financeiros;
3. Registros das despesas;
4. Informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
5. Dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;
6. Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade (BRASIL,2011).

Segundo Neto *et al* (2007), o termo transparência, quando analisada sob a óptica governamental, constitui, um dos elementos da gestão fiscal responsável e é inseparável da governança pública moderna, que tem o dever de disponibilizar informações de caráter público nos sítios eletrônicos, para que a sociedade possa exercer seus direitos e acompanhar se o uso de recursos públicos estão sendo destinados em conformidade com as necessidades sociais.

A Figura 1 apresenta os artigos 6º ao 10º da LAI, que trata das garantias ao direito de acesso, regras sobre a divulgação de rotina ou proativa de informações e pedidos de acesso à informação:

Artigo	Descrição
Art. 6º	Os órgãos e entidades do poder público deve garantir: gestão transparente, possibilitar o acesso, proteção a informação, disponibilização de forma autêntica e restringir o acesso em caso de informações sigilosas.
Art.7º	A lei determina os seguintes direitos: I-Orientação e o local onde é obtida a informação; II-Informação contida e registros; III-Informação primária, íntegra, autêntica e atualizada; IV-As atividades exercidas pelos órgãos: política, organização e serviços; V-Administração dos recursos públicos, licitações, contratos administrativos e acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos; resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores; não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; quando a informação é parcialmente sigilosa, é assegurada por meio de certidão a parte não sigilosa;

Continua (...)

Continuação (...)

Art. 8º	<p>É dever dos órgãos públicos fornecer informação de fácil acesso e deve conter no mínimo: registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; registros das despesas; informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.</p> <p>Os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores: conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão; possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações; possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina; divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação; garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso; manter atualizadas as informações disponíveis para acesso; indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; os municípios com população com menos de 10.000 habitantes é dispensado da divulgação.</p>
Art.9º	<p>O acesso a informações públicas será assegurado mediante: criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para: a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.</p>
Art.10º	<p>Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.</p> <p>§ 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.</p> <p>§ 2º Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.</p> <p>§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.</p>

Figura 1: Art. 6º ao 10º da Lei 12.527/2011**Fonte:** Brasil (2011)

De acordo com Gruman (2012), a transparência e o acesso à informação não garantem um bom funcionamento dos órgãos públicos, mas, pelo contrário, sua ausência, é garantia de mau uso dos recursos, pois livres de controle social, acabam por não cumprir corretamente os programas de interesse e direito público. O acesso à informação é um meio para se alcançar um efeito, o resultado das políticas públicas.

Existe ainda o e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) possibilita que qualquer pessoa, física ou jurídica, solicita o acesso a informação para órgãos e entidades do Poder Executivo do Governo do Estado de Rondônia. Esse sistema também possibilita acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas

recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas para a sociedade.

O artigo 33 da LAI apresenta as medidas punitivas àqueles que infringirem seus dispositivos. Desde a suspensão para violações mais leves, à possibilidade de responder por improbidade administrativa, em caso de desrespeito mais graves a Lei. Tanto as pessoas físicas como entidades de natureza privada que não cumprir o disposto na LAI estão sujeitas à advertência, multa, rescisão do vínculo com o poder público, suspensão temporária da participação em licitação e contratos públicos (ROSA *et al*, 2016).

Para Carvalho (2013), a publicação da lei de acesso à informação é vista como tardio no Brasil, devido outros países terem aprovadas leis de acesso à informação. A lei foi um grande avanço para a sociedade, visto que todos os órgãos públicos, sociedades de economia mista e outras entidades controladas pela união, tem o dever de fornecer informação pública de acordo com princípios traçados pela LAI.

A transparência e a divulgação de informação fazem parte do controle social e é necessário que o cidadão esteja atento aos seus direitos e da responsabilidade que decorre desse direito, no sentido de organizar-se de forma a estabelecer uma relação com o governo, em que seja possível uma participação nas decisões de políticas públicas, com controle sobre a sua correta ação para o serviço de interesse público (ABDALA, 2012).

Segundo Pereira (2010), o controle social é quando o cidadão participa na gestão pública fiscalizando as ações governamentais para prevenir e combater a corrupção. O controle social pode ser exercido de forma direta (pelo cidadão) ou de forma indireta (realizada pelo cidadão juntamente com os órgãos de controle). É de grande importância a participação da sociedade, visto que os órgãos de controle não são suficientes para exercer o controle dos atos públicos.

A Figura 2 mostra os tipos de controle exercido pela administração pública:

Controle Administrativo	É o poder de autotutela da administração pública. É um controle de legalidade e de mérito, exercido pelos órgãos de administração de todos os poderes sobre suas próprias atividades, com vistas a mantê-las dentro da lei, segundo exigências técnicas e econômicas para atender às necessidades dos serviços.
Controle Legislativo	Exercido pelo Poder Legislativo (Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras de vereadores) sobre a administração pública nos aspectos políticos e técnicos, limitando-se às hipóteses constitucionalmente previstas, já que resulta na interferência de um poder em outro.
Controle Judicial	É essencialmente um controle de legalidade efetuado pelo Poder Judiciário sobre os poderes e órgãos da administração pública. Ocorre sempre a posteriori. A lei, como principal forma de indicação do interesse público, é tomada aqui no seu sentido genérico, abrangendo toda a forma de regramento, seja constitucional, legal ou regulamentar.

Continua (...)

Continuação (...)

Controle social	É a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública. Decorre de princípios de governança e <i>accountability</i> é viabilizado, sobretudo, pela transparência. Os agentes de órgãos, entidades, programas e fundos públicos devem contribuir para aumentar a confiança sobre a forma como são geridos os recursos colocados à sua disposição, reduzindo a incerteza dos membros da sociedade sobre o que acontece no interior da administração pública.
------------------------	---

Figura 2: Tipos de controle exercido pela administração pública

Fonte: Tribunal de Contas da União TCU (2012, p.7)

Conforme Mendel (2009) a Suécia foi o primeiro país a sancionar leis de direito a informação, em 1766. Outro país com histórico de legislação sobre direito à informação é a Colômbia, que permitia aos cidadãos solicitar documentos sob o controle de órgãos governamentais por meio do Código de Organização Política e Municipal de 1888. Em 1967 os EUA aprovaram uma lei de direito à informação, logo em seguida foi a Dinamarca (1970), Noruega (1970), França (1978), Países Baixos (1978), Austrália (1982), Canadá (1982) e Nova Zelândia (1982). Atualmente são mais de 90 países regulamentados pela lei.

Segundo Abdala (2012), a democracia participativa, por ser ligada ao princípio da transparência, resulta no objetivo de se estabelecer um efetivo controle social, fatores que são imprescindíveis para a conscientização política de um povo e a consequente evolução de uma nação.

Conforme Angélico (2012), os obstáculos socioculturais encontrados na aplicação da lei são: fraca atuação da sociedade civil; falta de divulgação a respeito do direito à informação; falta de apoio à lei por parte de setores da sociedade, devido ao acesso privilegiado a informações; e ausência de uso prático das possibilidades da lei, com receio de retaliação governamental.

De acordo com Abdala (2012), o acesso à informação no Brasil mesmo sendo um direito garantido pela constituição, tomou força nas últimas décadas como um instrumento no combate a corrupção, na prestação de contas públicas e, principalmente, como um elemento chave para o aumento da transparência da administração pública.

O decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 estabelece que a acessibilidade é obrigatória nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis. Já para a GCU (2011), a informação pública deve estar acessível a todos, inclusive aqueles portadores de deficiências, essa acessibilidade pode ser realizada, por exemplo, através de variados recursos, como a associação do texto a imagens, animações e gráficos.

2.2 AUDITORIA GOVERNAMENTAL

De acordo como o TCU (2012), auditoria é o exame independente e objetivo de uma situação ou condição, em confronto com um critério ou padrão preestabelecido, para que se possa opinar ou comentar a respeito para um destinatário predeterminado.

Sendo assim, o controle é o que o sistema político-administrativo exerce sobre si mesmo, por todos os poderes, todos os níveis e em todos os órgãos, já a fiscalização é um instrumento atribuído a um órgão ou agente público para exercer o controle e a auditoria é descrita como um conjunto de métodos, procedimentos e técnicas (TCU, 2012).

Auditoria Governamental é uma averiguação efetuada em relação aos aspectos contábeis, orçamentários, financeiros, econômicos, patrimoniais e operacionais na administração pública. É executada por profissionais de auditoria governamental, através de coleta de informações, análises imparciais, avaliações independentes e apresentação de informações seguras, à partir de evidências, de acordo com os critérios de legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, equidade, ética, transparência e proteção do meio ambiente, além de observar a probidade administrativa e a responsabilidade social dos gestores dos bens públicos (NAG, 2010).

A auditoria governamental executada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) é um componente importantíssimo para garantir e possibilitar o cumprimento do dever de *accountability* que os administradores públicos têm perante a sociedade e o Parlamento, visto que a Constituição lhe atribuiu a função de examinar, como instituição independente de controle, as ações do governo, exigir explicações, determinar penalidades e limites aos agentes estatais quando exercerem atividades inconvenientes ou adversas as leis e os princípios de administração pública (TCU, 2011).

Para o TCU (2012, p. 9), o termo *accountability* “representa mais do que o dever de prestar contas, não é só a obrigação de informar, o agente deve cultivar o desejo de informar.” Já na Constituição Federal o conceito de *accountability* está elencado no art. 70 e seu parágrafo único, tendo como essência a prestação de contas:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único: prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Compete ao TCU garantir que o dinheiro e os demais recursos públicos colocados à disposição dos gestores sejam empregados adequadamente e gerem resultados positivos. Os administradores públicos, têm o compromisso de responder à sociedade e ao Parlamento sobre como os recursos que lhes foram conferidos estão sendo revertido em ações para efetivar as políticas públicas aprovadas (TCU, 2011).

Em conformidade com o TCU (2012), a essência da atividade de auditoria, que permitem que suas partes possam ser exploradas para uma melhor compreensão do conceito geral, são descritos na Figura 3:

Exame independente e objetivo:	A auditoria deve ser realizada por pessoas com independência em relação ao seu objeto, de modo a assegurar imparcialidade no julgamento. O exame objetivo significa que os fatos devem ser avaliados com a mente livre de vieses, de modo a conduzir a julgamentos imparciais, precisos e a preservar a confiança no trabalho do auditor.
Situação ou condição:	É a condição ou o estado do objeto de auditoria encontrado pelo auditor. Comumente denominada situação encontrada, representa o que está ocorrendo, é o fato concreto.
Critério ou padrão preestabelecido:	Configura a situação ideal, o grau ou nível de excelência, de desempenho, qualidade e demais expectativas preestabelecidas em relação ao objeto da auditoria; é o que deveria ser ou o que deveria estar ocorrendo.
Opinião ou comentário:	Refere-se à comunicação dos resultados da auditoria, seu produto final. É a extensão na qual o critério ou padrão preestabelecido foi ou está sendo observado.
Destinatário predeterminado:	É o cliente da auditoria. É aquele que, na grande maioria das vezes, estabelece o objetivo da auditoria e determina os seus critérios ou padrões..

Figura 3: Procedimentos de Auditoria

Fonte: TCU (2012, p.5)

O resultado do cruzamento entre situação e condição representa um achado que é definido nas normas de auditoria governamental como:

Qualquer fato significativo, digno de relato pelo auditor, constituído de quatro atributos essenciais: situação encontrada (ou condição), critério, causa e efeito. Decorre da comparação da situação encontrada com o critério e deve ser devidamente comprovado por evidências juntadas ao relatório (TCU, 2012).

Um achado de auditoria pode ser negativo, se apresentar más práticas de gestão, irregularidades ou improbidades, ou positivo se apontar um bom desempenho na administração da máquina pública. Os achados negativos envolvem improbidades e irregularidades.

As improbidades representam erros de natureza formal de que não resulte prejuízo ao erário público e tem o potencial para conduzir à desobediência aos princípios de administração pública ou à infração de normas legais e regulamentares, tais como deficiências no controle interno, transgressões de cláusulas, abuso, imprudência, imperícia (NAT, 100.1);

já as irregularidades representam de ato de gestão ilegal, antieconômico, ou transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, prejuízo ao erário consequente de ato de gestão ilícito ao antieconômico, desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, tais como fraudes, omissão no dever de prestar contas, violações aos princípios de administração pública (NAT, 100.2).

O procedimento de auditoria governamental baseia-se na utilização de um método estabelecido e na aplicação de um conjunto de procedimentos e técnicas com o objetivo de se obter informação e conhecimento que fundamentam as opiniões e propostas do auditor sobre resultados, desempenho e as regularidades da gestão de organizações, programas e atividades governamentais do setor público (TCU, 2012).

O TCU (2012, p. 9) define método sendo “o modo, formalmente estabelecido, de executar o trabalho de auditoria, incluindo o planejamento, a execução e a comunicação de resultados (normas, padrões, manuais, técnicas metodológicas).”

A fiscalização dos órgãos estaduais do estado de Rondônia é de competência do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO e no âmbito de suas atribuições possui em seu regimento interno:

[...] transparência da gestão fiscal; obrigatoriedade de transparência das informações públicas constitui condição para o ente receber transferências voluntárias; estabelecer como direito fundamental do cidadão o acesso à informação pública e a importância dessa divulgação para a efetividade do controle externo e social; a implementação da Rede SICONV pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com o propósito de compartilhar informações e resultados dos convênios mantidos pelo Governo Federal com os entes estaduais e municipais, para a qual foram convidados a integrar todos os Tribunais de Contas; que a possibilidade oferecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão aos Tribunais de Contas de inserir, diretamente no portal Siconv, as informações relativas aos entes controlados no tocante ao cumprimento da legislação de transparência potencializa a efetividade do controle (TCE/RO, 2017).

O TCE/RO possui suas normas alinhadas ao Tribunal de Contas da União-TCU, exercendo fiscalização nas ações governamentais. Conforme o TCE/RO (2015, p.12) objeto de fiscalização é “qualquer ato praticado por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado de Rondônia e seus Municípios respondam ou que, em nome destes, assumam obrigações de natureza pecuniária.”

A Resolução N. 93/TCE-RO/2012 regulamenta o acesso a informações e a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, que realiza o controle externo da administração pública do Estado.

Em Rondônia a LAI é regulamentada por meio do decreto nº 17.145/2012, que estabelece as diretrizes a serem seguidas pelo estado e o mesmo adotou praticamente na íntegra as determinações da Lei de Acesso à Informação.

O art. 5º do decreto nº 17.145/2017 lista os dados que o Estado de Rondônia manterá no Portal de Acesso à Informação Pública na internet (www.transparencia.ro.gov.br):

- I - estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;
- II - programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;
- III - repasses ou transferências de recursos financeiros;
- IV - execução orçamentária e financeira detalhada;
- V - licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;
- VI - remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo e demais informações de maneira individualizada.
- VII - respostas às perguntas mais frequentes da sociedade; e
- VIII - contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do artigo 40 da Lei Federal n. 12.527/2011, telefone e correio eletrônico.

O art. 6 do mesmo instrumento normativo atribui a Controladoria Geral do Estado - CGE coordenar e monitorar o Portal da Transparência do Estado de Rondônia. Fica estabelecido que os sítios institucionais devam possuir seção que dá acesso ao portal da transparência o qual deve conter um texto padrão sobre a Lei de Acesso à Informação através do link www.transparencia.ro.gov.br.

2.3 PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA EM ATENDIMENTO A LAI

A Lei de Acesso a Informação estabelece em seu artigo 7º, VII, b, o direito de obter informação relativa ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

De acordo com Spinelli (2012), os relatórios, as constatações e os pareceres geram o produto final de auditoria que após aprovado, os demais documentos/informações que subsidiaram sua elaboração passam a ser públicos.

O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do Governo Federal responsável por realizar atividades de auditoria relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria (MTF, 2016).

O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União (CGU), que possui a competência de monitorar a aplicação da LAI e orientar os órgãos do Governo Federal sobre a LAI, desenvolveu um guia para orientar os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal sobre os procedimentos para atender pedidos feitos com base na Lei de Acesso a Informação.

O guia lista os procedimentos necessários que cada sítio eletrônico precisa realizar para atender o cidadão, como também informa o passo a passo para os usuários terem conhecimento de como ter o acesso. A Controladoria Geral do Estado de Rondônia-CGE realiza o controle interno e o TCE/RO é responsável pelo controle externo do Estado.

A Figura 4 evidencia as datas de avaliação, as questões elaboradas como critério, o artigo da lei e as avaliações da transparência do estado de Rondônia realizadas nos três períodos pela CGU.

Nº	Critérios	Lei 12.527/11	Avaliação 1 31/03/2015 a 23/04/2015	Avaliação 2 07/08/2015 a 08/10/2015	Avaliação 3 01/08/2016 a 01/12/2016
1	Foi localizada a regulamentação da LAI pelo Poder Executivo?	Art. 42 Lei nº 12.527/11	Sim	Sim	Sim
2	Na regulamentação, existe a previsão para autoridades classificarem informações quanto ao grau de sigilo?	Art. 27 Lei nº 12.527/11	Sim	Sim	Sim
3	Na regulamentação existe a previsão de responsabilização do servidor em caso de negativa de informação?	Art.32 Lei nº 12.527/11	Sim	Sim	Sim
4	Na regulamentação existe a previsão de pelo menos uma instância recursal?	Art. 15 Lei nº 12.527/11	Sim	Sim	Sim
5	Foi localizada no site a indicação quanto à existência de um SIC Físico (atendimento presencial)?	Inciso I, Art.9º Lei nº 12.527/11	Sim	Sim	Sim
6	Foi localizada alternativa de enviar pedidos de forma eletrônica ao SIC?	§2º, Art.10º Lei nº 12.527/11	Sim	Sim	Sim
7	Para a realização dos pedidos de informação, são exigidos apenas dados que não impossibilitem ou dificultem o acesso?	§1º, Art.10º Lei nº 12.527/11	Sim	Sim	Sim
8	Foi localizado no site a possibilidade de acompanhamento dos pedidos realizados? Inciso I, alíneas "b" e "c" A	Inciso I, alíneas "b" e "c" Art.9º, Lei nº 12.527/11	Sim	Sim	Sim
9	Os pedidos enviados foram respondidos no prazo?	§§1º e 2º, Art.11º Lei nº 12.527/11	Parcialmente	Não	Sim
10	Os pedidos de acesso à informação foram respondidos em conformidade com o que foi solicitado?	Art.5º Lei nº 12.527/11	Parcialmente	Não	Sim
Nota			5,56	4,44	10

Figura 4: Avaliação do estado de Rondônia pela CGU

Fonte: Adaptado do Relatório CGU – Escala Brasil Transparente (2017).

A GCU realizou a avaliação em três períodos, sendo que a primeira avaliação foi realizada entre 31/03/2015 a 23/04/2015, na qual Rondônia atendeu o quesito transparência de acordo com o critério estabelecido em 5,56. Após essa avaliação foi concedido um prazo de 120 (cento e vinte) dias para os estados se adequarem ao critério utilizado, e foi realizada uma nova avaliação nacional, no período de 07/08/2015 a 08/19/2015, para aferir se as recomendações tinham sido cumpridas e verificou-se uma melhora em 30%. Na última fase realizada no período de 01/08/2016 à 01/12/2016 Rondônia recebe nota 10 (dez) em transparência (GCU, 2017).

A CGU utilizou como critério apenas a LAI e utilizou 10 (dez) questões para atribuir nota em sua escala.

3METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva com abordagem qualitativa e método dedutivo, nos sítios eletrônicos dos 46 (quarenta e seis) órgãos estaduais de Rondônia. A pesquisa verificou como estão sendo prestadas as informações previstas na Lei 12.527/2011 nos sítios eletrônicos públicos Estaduais de Rondônia.

Para o TCU (2012, p. 05) auditoria é o “exame independente e objetivo de uma situação ou condição, em confronto com um critério ou padrão preestabelecido, para que se possa opinar ou comentar a respeito para um destinatário predeterminado”. Dessa forma, o caminho metodológico para atingir o objetivo e responder ao problema da pesquisa é confrontar duas variáveis: a situação encontrada nos órgãos examinados em confronto com o arcabouço legal e normativo que é a LAI e a Matriz de Fiscalização do TCE/RO (TCE/RO, 2017).

Para verificar a transparência em todos os sítios eletrônicos dos órgãos e secretarias estaduais de Rondônia foi aplicada a técnica de auditoria de confrontar situação com condição. Foi necessária a elaboração de um instrumento aqui denominado de roteiro de auditoria com base nas determinações da LAI e na Matriz de Fiscalização utilizada pelo TCE/RO conforme a Figura 5.

Creritos	SIM	NÃO
1ª Categoria: SÍTIO OFICIAL		
1) Tem Sítio oficial? No sítio tem o portal da transparência?		
2ª Categoria: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL/MÍNIMO NECESSÁRIO		
2) Tem o horário de funcionamento/atendimento a população?		
3) Há link para a seção de respostas às perguntas mais frequentes?		
4) Está registrado na estrutura organizacional o endereço e o telefone?		
5) Apresenta informações sobre receitas de transferências federais e estaduais, com indicação do valor e data do repasse?		
6) Com relação as despesas apresentam nota de empenho, com indicação do objeto e do credor?		
3ª Categoria: LEGISLAÇÃO		
7) Quanto a legislação: disponibiliza o inteiro teor de leis, decretos, portarias, resoluções ou outros atos normativos e as devidas alterações sofridas ou promovidas pelos referidos atos normativos?		
4ª Categoria: RECURSOS HUMANOS		
8) Apresenta a estrutura de cargos, informando o número de cargos efetivos e comissionados, preenchidos e ociosos?		
9) Apresenta dados dos servidores efetivos, ativos e inativos, bem como dos comissionados, dos terceirizados e dos estagiários, com indicação: das datas de admissão, inativação e exoneração; denominação dos respectivos cargos, empregos e/ou funções; carga horária; lotação e remuneração?		
5ª Categoria: GESTÃO FISCAL, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO DA DESPESA E PRESTAÇÃO DE CONTAS		
10) Disponibiliza editais de convocação e atas das audiências públicas realizadas durante a elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos?		
11) Apresenta relatório da Prestação de Contas Anual encaminhado ao TCE-RO, com respectivos anexos?		
6ª Categoria: SIC presencial (ou físico)		
12) Tem a ferramenta e-SIC com os respectivos endereço, telefone e horário de funcionamento do órgão?		
13) Permite o cadastro do requerente e o envio de pedido de informação eletrônica?		
7ª Categoria: INFORMAÇÕES ADICIONAIS		
14) Há indicação da autoridade designada para assegurar o cumprimento da LAI?		
15) Há relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?		
8ª Categoria: DOMÍNIO		
16) O domínio é do tipo governamental (.ro.gov.br)?		
9ª Categoria: ICONOGRAFIA		
17) Existe link/banner/item de menu para a seção de "Acesso à Informação" em lugar de imediata percepção?		
10ª Categoria: PESQUISA, ATUALIZAÇÃO E GRAVAÇÃO		
18) Possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas, arquivo-texto?		
11ª Categoria: MANUAL, GLOSSÁRIO E NOTAS EXPLICATIVAS		
19) Dispõe de manual de navegação, com instruções relativas à totalidade das informações disponibilizadas, onde encontrá-las, como manusear as ferramentas de pesquisa, como efetuar consultas no SIC e e-SIC?		
20) Possui glossário de termos técnicos?		
12ª Categoria: ACESSIBILIDADE		
21) Contém símbolo de acessibilidade em destaque?		
22) Opção de alto contraste? Redimensionamento de texto? Mapa do site? Teclas de atalho?		
13ª Categoria: INTERAÇÃO SOCIAL		
23) Há transmissão de sessões, audiências públicas, etc. via Internet?		
24) Existe Ouvidoria, com possibilidade de interação via internet?		
14ª Categoria: SÍTIO OFICIAL		
25) Tem Sítio oficial? No sítio tem o portal da transparência?		

Figura 5: Roteiro de auditoria baseado na Matriz de fiscalização do TCE/RO.

Fonte: Adaptado pela autora

Sendo assim, a partir do conceito de auditoria governamental do TCU (2012) e tendo como referência a LAI (critério) que determina como deve ser prestada a informação de ordem pública e a Matriz de Fiscalização, foi realizado o confronto com situação encontrada em cada objeto de estudo que é o *site* dos órgãos públicos do Estado de Rondônia trabalho com o objetivo de conhecer a transparência dos órgãos públicos estaduais do estado de Rondônia visto que o poder público tem como dever disponibilizar de maneira mais clara possível toda e qualquer informação de natureza governamental, exceto as que são de natureza sigilosa.

3.1 AMOSTRA

Existem 46 (quarenta e seis) sítios eletrônicos dos órgãos e secretarias estaduais de Rondônia conforme Figura 6 e a pesquisa foi realizada em toda a população com o objetivo de identificar a transparência e o cumprimento das determinações da LAI.

O arcabouço legal e normativo utilizado como critério foi a LAI e a matriz de fiscalização do TCE/RO. No que tange a LAI buscou-se verificar ao grau de adequação aos ditames legais pelos órgãos estaduais de Rondônia e da matriz de fiscalização foram obtidas questões diretamente relacionadas a transparência, pois a referida matriz de fiscalização traz questões e procedimentos de auditoria para todas as áreas e o escopo dessa pesquisa limita-se a transparência.

Órgãos Públicos	Endereço eletrônico
AGERO-Agência de Regulação,	www.rondonia.ro.gov.br/agero/
CASA MILITAR	http://www.casamilitar.ro.gov.br/
COETIC- Conselho Estadual de Planejamento em Tecnologia da Informação e Comunicação	http://www.rondonia.ro.gov.br/coetic/
DIOF-Diário Oficial	http://www.diof.ro.gov.br/
FHEMERON- Fundação de Hematologia e Hemoterapia	http://www.rondonia.ro.gov.br/fhemeron/
JUCER-Junta Comercial do Estado de Rondônia	http://www.rondonia.ro.gov.br/jucer/
PM- Polícia Militar	http://www.pm.ro.gov.br/
SECON- Superintendência Estadual de Contabilidade	http://www.rondonia.ro.gov.br/secon/
SEFIN- Secretaria de Estado e Finanças	https://www.sefin.ro.gov.br/
CBM- Corpo de Bombeiros Militar	http://www.cbm.ro.gov.br/
IDARON- Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia	http://www.idaron.ro.gov.br/Portal/
SEPOG- Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão	http://www.sepog.ro.gov.br/
CAERD- Companhia de Água e Esgoto	http://www.caerd-ro.com.br/
CGE- Controladoria Geral do Estado	http://www.rondonia.ro.gov.br/cge/

Continua (...)

Continuação (...)

Órgãos Públicos	Endereço eletrônico
SEPOAD- Superintendência de Estado de Políticas sobre Drogas	http://www.rondonia.ro.gov.br/sepoad/
SETUR- Superintendência Estadual de Turismo	http://www.rondonia.ro.gov.br/setur/
SUGESPE- Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos	http://www.rondonia.ro.gov.br/sugespe/
AGEVISA- Agência Estadual de Vigilância em Saúde	http://www.rondonia.ro.gov.br/agevisa/
DER- Departamento de Estradas e Rodagens Infraestrutura e Serviços Públicos	http://www.rondonia.ro.gov.br/der/
DRPC- Departamento de Relações	http://www.rondonia.ro.gov.br/drpc/
OUVIDORIA- Ouvidoria Geral	http://www.rondonia.ro.gov.br/ouvidoria/
SEAE- Superintendência Estadual de Assuntos Estratégicos	http://www.rondonia.ro.gov.br/seae/
SEGE- Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas	http://www.rondonia.ro.gov.br/searh/
SIBRA- Superintendência de Integração do Estado de Rondônia em Brasília	http://www.rondonia.ro.gov.br/sibra/
SUPEL- Superintendência Estadual de Licitações	http://www.rondonia.ro.gov.br/supel/
SESAU- Secretaria de Estado da Saúde	http://www.rondonia.ro.gov.br/sesau/
SOPH- Sociedade de Portos e Hidrovias	http://www.rondonia.ro.gov.br/soph/
CASA CIVIL	http://www.rondonia.ro.gov.br/casa-civil/
CMR- Companhia de Mineração de Rondônia	http://www.cmr-ro.com.br/portal/
DETRAN- Departamento Estadual de Trânsito	https://www.detrان.ro.gov.br/
FAPERO- Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa	http://www.rondonia.ro.gov.br/fapero/
IPERON- Instituto de Previdência de Servidores Públicos	http://www.rondonia.ro.gov.br/iperon/
DETIC- Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação	http://www.rondonia.ro.gov.br/detic/
EMATER- Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural	http://www.emater.ro.gov.br/ematerro/
IPEM- Instituto de Pesos e Medidas	http://www.ipem.ro.gov.br/
PC- Polícia Civil	http://www.rondonia.ro.gov.br/pc/
SEAGRI- Secretaria de Estado da Agricultura	http://www.rondonia.ro.gov.br/seagri/
SEDAM- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental	http://www.rondonia.ro.gov.br/sedam/
SEJUCEL- Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer	http://www.rondonia.ro.gov.br/secel/
PGE- Procuradoria Geral do Estado	http://www.rondonia.ro.gov.br/pge/
SEAS- Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social	http://www.rondonia.ro.gov.br/seas/
SEDUC- Secretaria de Estado da Educação	http://www.rondonia.ro.gov.br/seduc/
SEJUS- Secretaria de Estado da Justiça	http://www.rondonia.ro.gov.br/sejus/
SESDEC- Segurança Defesa e Cidadania	http://www.rondonia.ro.gov.br/sesdec/
SUDER- Superintendência de Desenvolvimento	http://www.rondonia.ro.gov.br/suder/

Figura 6: Órgãos e secretarias estaduais de Rondônia.**Fonte:** Dados da pesquisa (2017)

A aplicação do roteiro de auditoria se iniciou no dia 15 de outubro de 2017 se estendendo até o dia 20 do mesmo mês em todos os sítios eletrônicos dos órgãos e secretarias estaduais de Rondônia. A abordagem foi realizada de forma qualitativa, considerando a finalidade do problema de pesquisa de verificar a transparência dos referidos órgãos.

A análise dos dados foi dividida em seções para melhor compreensão dos dados, nas quais são abordadas informações, análises e discussões sobre a transparência dos órgãos e

secretarias, verificando como estão sendo disponibilizadas as informações previstas na LAI em cada sítio eletrônico.

Para a elaboração da análise foi utilizado como recurso à tabulação dos dados obtidos por meio dos resultados do roteiro de auditoria, sendo feita uma discussão da realidade levantada com o referencial teórico. A tabulação dos dados foi organizada por meio de tabelas no Microsoft Excel, propiciando a elaboração de gráficos, considerando o objeto da pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para melhor compreensão dos resultados os dados foram separados por categoria. A categoria 1 apresenta o número de órgãos analisados e se possui ou não o sítio eletrônico oficial na *internet*. O resultado do cruzamento entre situação e condição representa um achado de auditoria, no qual se verifica que apenas 39% da amostra em estudo configura a situação ideal de como deveria ser.

A Lei de Acesso a Informação estabelece em seu art. 8º que os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos que dispuserem para promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, as informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*).

A Figura 7 demonstra o percentual de órgãos que possui sítio eletrônico oficial na *internet*.

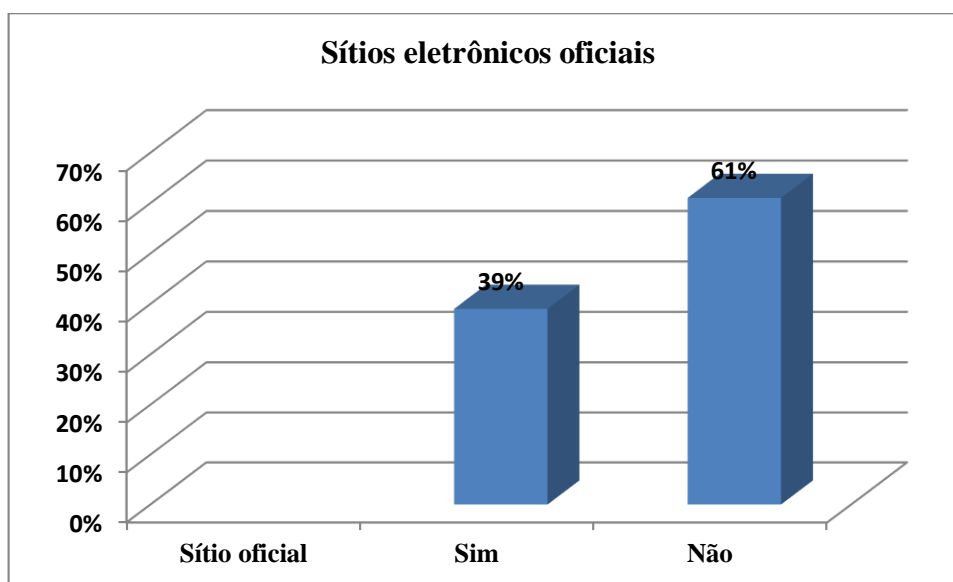


Figura 7: Percentual de órgãos que possuem sítio eletrônico oficial na *internet*.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

De acordo com o gráfico observa-se que a grande maioria da amostra em estudo, exatamente 28 (vinte e oito) órgãos não possuem sítios eletrônicos oficiais na internet e corresponde a 61% do total, sendo que apenas 18 (dezoito) órgãos, ou seja, 39% da amostra analisada estão atendendo aos anseios da Lei de Acesso à Informação no quesito sítio eletrônico oficial de modo a fornecer informação clara e objetiva.

A categoria 2 refere-se ao mínimo necessário que os órgãos devem ter em seu sítio eletrônico.

Dos 18 (dezoito) órgãos que possuem sítio eletrônico oficial, verificou-se que apenas 4 tem em sua estrutura organizacional o endereço, telefone, horário de atendimento e as perguntas mais frequentes a sociedade respectivamente e corresponde 22%. No que tange as receitas e despesas verificou-se que 8 (oito) órgãos ou seja 44% possui o ícone de acesso as receitas e despesas.

O art. 8 da referida lei aborda os requisitos mínimo necessário que cada órgão precisa ter em seu sítio eletrônico, entre eles destaca-se: registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; registros das despesas; informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

A categoria 3 aborda sobre a legislação e analisa se disponibiliza o inteiro teor de leis, decretos, portarias, resoluções ou outros atos normativos e as devidas alterações sofridas ou promovidas pelos referidos atos normativos. Nessa categoria verificou-se um bom resultado, 12 (doze) dos órgãos com sítio eletrônico oficial atenderam o quesito legislação e equivale a 72%.

A categoria 4 trata dos recursos humanos. No que tange os dados dos servidores efetivos, ativos e inativos, bem como dos comissionados, dos terceirizados e dos estagiários, com indicação: das datas de admissão, inativação e exoneração; denominação dos respectivos cargos, empregos e/ou funções; carga horária; lotação e remuneração verificou-se que apenas 28% da amostra atendeu esse requisito, ou seja, 5 (cinco) órgãos.

A categoria 5 apresenta a gestão fiscal, planejamento, execução da despesa e prestação de contas. Nessa categoria apenas 17% atendem o quesito em estudo, ou seja, apenas 3 (três) órgãos.

A categoria 6 mostra que 8 (oito) órgãos ou seja 44% dos sítios eletrônicos possuem a ferramenta e-SIC e permite o cadastro e envio de informação eletrônica, os outros 56% não dispõem da ferramenta e-SIC. A Lei de Acesso a Informação em seu art. 9 determina que as informações públicas sejam asseguradas com a criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas e de fácil acesso.

A categoria 7 evidencia informações a respeito das autoridades designadas ao cumprimento da LAI. Verificou que apenas 1 (um) órgão ou seja 6% do total tem disponibilizado em seu sítio eletrônico a autoridade responsável em realizar o cumprimento da LAI. A Lei de Acesso à Informação em seu art. 40 diz que cada órgão deve ter a autoridade para assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei.

A categoria 8 verifica se o domínio é do tipo governamental (.gov.br) e observou que 16 (dezesesseis) órgãos dos domínios eletrônicos é do tipo governamental a qual equivale 89%, um bom resultado, sendo apenas 11% ou seja 2 (dois) órgãos é do tipo não governamental.

A categoria 9 analisa se tem ícone de acesso a informação em imediata percepção. No que tange ao *link* de acesso a informação que direciona ao portal da transparência verificou-se que 11 (onze) órgãos com sítio eletrônico possuem esse ícone e equivale 61%. O artigo 8 da Lei de Acesso a Informação em seu parágrafo 3º inciso I diz que cada sítio eletrônico tem que conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva.

A categoria 10 apresenta sobre o ícone gravação de dados e verificou-se que apenas 3 (três) órgãos, ou seja, 17% dos sítios eletrônicos analisados possui o ícone que permite a gravação de dados de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. De acordo com o art. 8 da LAI parágrafo 3º inciso II os órgãos precisam possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações.

A categoria 11 dispõe de manual de navegação, com instruções relativas à totalidade das informações disponibilizadas, onde encontrá-las, como manusear as ferramentas de pesquisa, como efetuar consultas no SIC e e-SIC, etc. No objeto de estudo apenas 2 (dois) órgãos ou seja 11% possui essa ferramenta de auxílio ao cidadão. Sendo que o art. 7 da LAI parágrafo I aborda sobre a orientação dos procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.

A categoria 13 verificou-se que 4(quatro) órgãos ou seja 22% dos que possui sítio eletrônico tem o ícone de acessibilidade, com símbolo em destaque, opção alto contraste, redimensionamento de texto, mapa do site e teclas de atalho, no entanto 14 (quatorze) órgãos que equivale a 78% não possui o ícone que possibilita o acesso dos cidadãos com deficiência.

No parágrafo III inciso VIII da LAI diz que os sítios eletrônicos devam adotar medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, possibilitando o direito ao acesso para todo cidadão. A categoria 14 refere-se à interação social e constatou que apenas 39% dos órgãos possui ouvidoria com possibilidade de interação pela internet, sendo que 61% da amostra estudada não dispõem dessa ferramenta de transmissões via internet.

A categoria 15 apresenta um gráfico dos órgãos e secretarias que mais atendem aos quesitos pesquisados.

A Lei de Acesso à informação vem ampliar a transparência das atividades de cada um dos poderes do Estado, em todos os níveis e determina que as informações de interesse social sob a guarda do estado deve ser divulgada de forma autêntica, íntegra, transparente e em linguagem de fácil compreensão nos sítios eletrônicos oficiais de cada órgão. Sendo assim o gráfico a seguir mostra os órgãos que mais atendem as determinações da LAI.

Entre os 46(quarenta e seis) objetos de estudo, entre órgãos e secretarias, apenas 18 (dezoito) possui sítio eletrônico oficial na internet e com relação ao critério estabelecido na pesquisa nenhum dos órgãos atendeu 100% o objetivo do estudo, sendo o órgão que mais atendeu foi o IPEM-Instituto de Pesos e Medidas, com 88%. A Figura 8 caracteriza-se como o produto da pesquisa que é a apresentação do *ranking* de transparência dos órgãos estaduais de Rondônia a partir dos seus sítios eletrônicos.

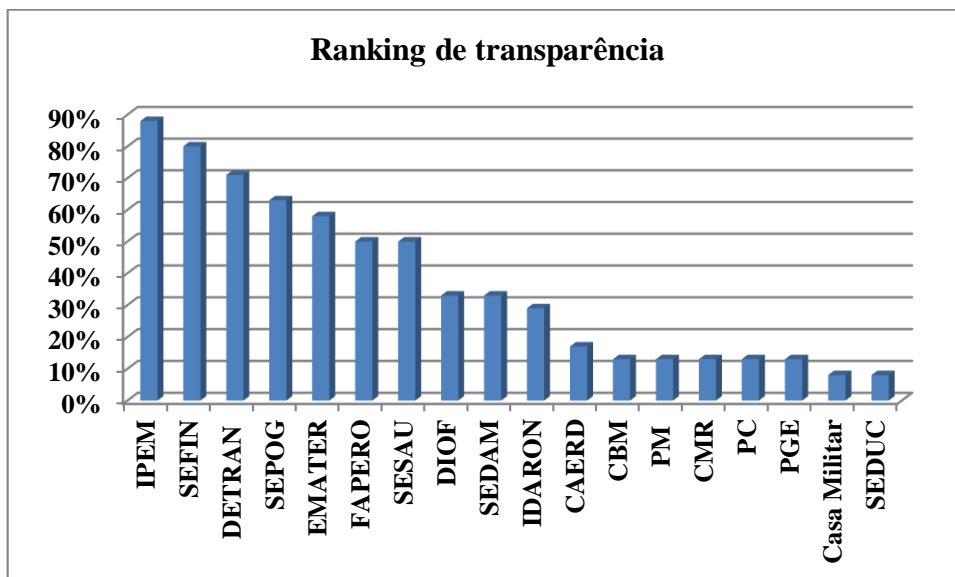


Figura 8: Ranking dos órgãos e secretárias que mais atendem os critérios estabelecidos na pesquisa.
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os resultados da pesquisa apresentam o *ranking* por órgão e secretária do Estado de Rondônia. Não foi elaborada uma escala de transparência e em razão disso não se pode comparar com o resultado de transparência do estado obtido pela CGU. Vale ressaltar que foram utilizados critérios nessa pesquisa que não foram considerados pela CGU. O instrumento dessa pesquisa foi composto por 25 (vinte e cinco) perguntas fechadas elaborado a partir da LAI e na Matriz de Fiscalização do TCE/RO.

Fica evidente que as exigências atribuídas pela LAI não estão sendo seguidas nem em 50% ao critério estabelecido na pesquisa, índice nada satisfatório, no entanto ressalta-se que o estudo se limita a análise a partir dos parâmetros estabelecidos como critério de auditoria na Figura 8, o método utilizado e o período auditado.

A Figura 9 lista os critérios estabelecidos nessa pesquisa e aqueles adotados pela CGU e em virtude do instrumento dessa pesquisa adotar parâmetros diferentes com base na LAI e na Matriz de Fiscalização do TCE/RO e por ter objetivos distintos não possibilita a comparação.

Instrumento da Pesquisa	Instrumento de Pesquisa da CGU
1) Tem Sítio oficial? No sítio tem o portal da transparência?	1) Foi localizada a regulamentação da LAI pelo Poder Executivo?
2) Tem o horário de funcionamento/atendimento a população?	2) Na regulamentação, existe a previsão para autoridades classificarem informações quanto ao grau de sigilo?
3) Há link para a seção de respostas às perguntas mais frequentes?	3) Na regulamentação existe a previsão de responsabilização do servidor em caso de negativa de informação?
4) Está registrado na estrutura organizacional o endereço e o telefone?	4) Na regulamentação existe a previsão de pelo menos uma instância recursal?

Continua (...)

Continuação (...)

Instrumento da Pesquisa	Instrumento de Pesquisa da CGU
5) Apresenta informações sobre receitas de transferências federais e estaduais, com indicação do valor e data do repasse?	5) Foi localizada no site a indicação quanto à existência de um SIC Físico (atendimento presencial)?
6) Com relação as despesas apresentam nota de empenho, com indicação do objeto e do credor?	6) Foi localizada alternativa de enviar pedidos de forma eletrônica ao SIC?
7) Quanto a legislação: disponibiliza o inteiro teor de leis, decretos, portarias, resoluções ou outros atos normativos e as devidas alterações sofridas ou promovidas pelos referidos atos normativos?	7) Para a realização dos pedidos de informação, são exigidos apenas dados que não impossibilitem ou dificultem o acesso?
8) Apresenta a estrutura de cargos, informando o número de cargos efetivos e comissionados, preenchidos e ociosos?	8) Foi localizado no site a possibilidade de acompanhamento dos pedidos realizados? Inciso I, alíneas "b" e "c" A
9) Apresenta dados dos servidores efetivos, ativos e inativos, bem como dos comissionados, dos terceirizados e dos estagiários, com indicação: das datas de admissão, inativação e exoneração; denominação dos respectivos cargos, empregos e/ou funções; carga horária; lotação e remuneração?	9) Os pedidos enviados foram respondidos no prazo?
10) Disponibiliza editais de convocação e atas das audiências públicas realizadas durante a elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos?	10) Os pedidos de acesso à informação foram respondidos em conformidade com o que foi solicitado?
11) Apresenta relatório da Prestação de Contas Anual encaminhado ao TCE-RO, com respectivos anexos?	
12) Tem a ferramenta e-SIC com os respectivos endereço, telefone e horário de funcionamento do órgão?	
13) Permite o cadastro do requerente e o envio de pedido de informação eletrônica?	
14) Há indicação da autoridade designada para assegurar o cumprimento da LAI?	
15) Há relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?	
16) O domínio é do tipo governamental (.ro.gov.br)?	
17) Existe link/banner/item de menu para a seção de "Acesso à Informação" em lugar de imediata percepção?	
18) Possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas, arquivo-texto?	
19) Dispõe de manual de navegação, com instruções relativas à totalidade das informações disponibilizadas, onde encontrá-las, como manusear as ferramentas de pesquisa, como efetuar consultas no SIC e e-SIC?	
20) Possui glossário de termos técnicos, visando explicar, em termos simples e de fácil entendimento ao homem médio, o significado de expressões técnicas e de peças típicas da gestão pública?	
21) Contém símbolo de acessibilidade em destaque?	
22) Opção de alto contraste? Redimensionamento de texto? Mapa do site? Teclas de atalho?	
23) Há transmissão de sessões, audiências públicas, etc. via Internet?	
24) Existe Ouvidoria, com possibilidade de interação via internet?	
25) Tem Sítio oficial? No sítio tem o portal da transparência?	

Figura 9: Comparativo do instrumento de pesquisa com o da CGU**Fonte:** Elaborado pela autora (2017).

Conforme o exposto, as quatro primeiras questões da CGU estão relacionadas a regulamentação pelo Estado e as demais tratam da consulta ao e-SIC, pedidos, acompanhamento por parte do usuário, prazos e respostas. Esta pesquisa buscou responder a questões relacionadas aos ditames da LAI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a conformidade dos sítios eletrônicos das autarquias estaduais com relação às determinações da Lei de Acesso à Informação (LAI), por meio de um Roteiro de Auditoria, composta por 25 (vinte e cinco) questionamentos baseados na Matriz de Fiscalização que foram verificados em 46 (quarenta e seis) órgãos e secretarias estaduais, listados no sítio eletrônico no Portal do Governo de Rondônia.

Os resultados encontrados demonstraram que a pontuação máxima obtida no quesito transparência obtida pelos critérios estabelecidos nesta pesquisa foi de 86% alcançada pelo IPEN- Instituto de Pesos e Medidas e que, em média, 18 (dezoito) órgãos equivalente a 39% dos órgãos e secretarias estaduais seguiram as determinações da LAI. Nesse sentido, verifica-se que mais da metade dos órgãos analisados, ou seja, 28 (vinte e oito) órgãos, equivalente a 61% não está divulgando as informações necessárias para a sociedade de acordo com o que determinem na Lei de Acesso à Informação. Ressalta-se ainda que os 61% não tem sítio eletrônico oficial próprio, no entanto o sítio eletrônico do governo de Rondônia dispõe do portal da transparência que traz informações de todos os órgãos analisados.

A pesquisa realizada pela CGU não serve de parâmetro comparativo para a esta pesquisa, visto que os critérios utilizados são diferentes apesar de ambos terem como arcabouço legal a LAI, diferença essa, também observada em relação ao objeto de estudo, pois a CGU avaliou os portais dos municípios e estados e o escopo dessa pesquisa foram os órgãos públicos estaduais do estado de Rondônia.

Desse modo para a realização de estudos futuros, recomenda-se reaplicar o roteiro desta pesquisa aos Municípios do estado de Rondônia e em demais estados brasileiros, assim como verificações futuras da evolução da conformidade das autarquias pesquisadas, para fins de comparação da observância da LAI. Ainda como recomendação, também se faz pertinente realizar pesquisas de satisfação junto aos usuários, a fim de avaliar a

facilidade de uso das ferramentas disponibilizadas para acesso à informação e identificar possíveis necessidades de melhorias.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Jamylton e NASCIMENTO, Makvel Reis. **Lei de acesso à informação**: Minas Gerais, 2012.

Accountability no Brasil. **Cadernos gestão pública e cidadania**, v. 10, n. 47 - jul/dezembro 2005.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 8º ed., São Paulo, Atlas, 2012.

ANGÉLICO, F. **Lei de Acesso à Informação Pública e seus possíveis desdobramentos para a accountability democrática no Brasil**. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola De Administração De Empresas De São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

BATISTA, Carmem Lúcia. **Informação pública: controle, segredo e direito de acesso**. Doutoranda na Universidade de São Paulo, Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n.26, p. 204-222, jul. 2012.

BRASIL, Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 – **Lei de Acesso à Informação**. [2011]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em 10 mai. 2017.

BRASIL, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – **Lei de Responsabilidade Fiscal**. [2000]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em 10 mai. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CARVALHO, Joatan Marcos de. **Lei de acesso à informação: repercussão na Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, 2013.

CAVALCANTI, Joyce Mariella Medeiros; DAMASCENO, Larissa Mayara da Silva e NETO, Manoel Veras de Souza – **Observância da lei de acesso à informação pelas autarquias federais do Brasil. Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.4, p.112 – 126, out./ dez. 2013.

Ciências Sociais. 8 ed., Editora Record Rio De Janeiro, São Paulo, 2004.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). **Acesso à Informação Pública: Controladoria-Geral da União**, uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Brasília, 2011.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). **Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios** 1ª ed. , Brasília/2013.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. **GUIA para criação da Seção de Acesso à Informação nos sítios**

eletrônicos dos Órgãos e Entidades Estaduais e Municipais, 1ª edição, Brasília, 2013

DECRETO N. 17.145, DE 1 DE OUTUBRO DE 2012.

<http://esic.cge.ro.gov.br/site/anexos/DECRETO%2017145-2012.pdf>>. Acesso em 21 out. 2017.

DECRETO Nº 5.296, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004 Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5296-2-dezembro-2004-534980-normaatualizada-pe.pdf>>. Acesso em 20 set. 2017.

GARRIDO, Elena PacitaLois. **Lei de Acesso as Informações Públicas**. Revista Jurídica da CNM , v. I, p. 50-70, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa**. 8ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2004.

GRACILIANO, Erivelton Araújo; FILHO, José Cláudio Moreira; NUNES, Alessander de Paiva; PONTES, Fernando César de Melo e ZAMPA, Fabrício Felício. **Accountabilityna Administração Pública Federal: Contribuição das Auditorias Operacionais do TCU**. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 12, n. 47, p. 43 - 51, jan./mar. 2010.

GRUMAN, Marcelo. **Lei de Acesso à Informação: notas e um breve exemplo**. Revista debates, Porto Alegre, v.6, n.3, p.97-108, set.-dez. 2012.

<http://www.acessoainformacao.gov.br/perguntas-frequentes/aspectos-gerais-da-lei>>. Acesso em 12 abr. 2017.

<http://www.cgu.gov.br/noticias/2016/05/ministerio-da-transparencia-fiscalizacao-e-controle-mantem-funcoes-da-antiga-cgu>>. Acesso em 01 jun. 2017.

http://www.informacaopublica.org.br/?page_id=1871>. Acesso em 12 abr. 2017.

<http://www.rondonia.ro.gov.br/ranking-da-cgu-da-nota-10-a-rondonia-em-transparencia-e-combate-a-corrupcao/>>. Acesso em 31 jul. 2017.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 52/2017/TCE-RO. Matriz de Fiscalização. TCE/RO, 2017 Disponível em: <http://www.tce.ro.gov.br/tribunal/legislacao/arquivos/InstNorm-52-2017.pdf>>. Acesso em 20 out. 2017.

Lei de Acesso à Informação: **Cartilha de Orientação ao Cidadão**. Câmara dos Deputados, Edições Câmara. 2012.

Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 18 novembro 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm>. Acesso em: 02/04/2017.

LIRA, Bruno Carneiro. O passo a passo do trabalho científico. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed., São Paulo, Atlas, 2003.

MEDEIROS, Simone Assis; MAGALHÃES, Roberto e PEREIRA, José Roberto **Lei de Acesso à Informação: em busca da transparência e do combate a corrupção**. Inf. Inf., Londrina, v. 19, n. 1, p. 55 – 75, jan./abr. 2014.

MENDEL, Toby. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2009.

Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC).

<http://www.cgu.gov.br/noticias/2016/05/ministerio-da-transparencia-fiscalizacao-e-controle-mantem-funcoes-da-antiga-cgu>>. Acesso em 10 jul. 2017.

NETO, Cassimiro. **A Construção da Democracia**. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, Brasília, 2003.

NETO, Orion Augusto Platt; CRUZ, Flávio da; ENSSLIN, Sandra Rolim e ENSSLIN, Leonardo. **Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira**. Contab. Vista & Rev., v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./ mar. 2007.

NORMAS DE AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Brasília, 5 de julho de 2011.

NORMAS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL –NAGG G Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro. Brasil, 16 de novembro de 2010.

PEREIRA, José Matias. **Governança no setor público**. São Paulo, Atlas, 2010.

PIRES, Patrícia Menezes; SCHERER, Flavia Luciane; SANTOS, Marindia Brachak Dose CARPES, Aletéia de Moura. **Transparência da gestão pública municipal: um estudo dos municípios de Santa Maria e Novo Hamburgo / Rs**. Revista Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, n38, p.131-160, jul./dez. 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano e FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Universidade Feevale, Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul, 2013

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2016. **Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU)**, Brasília, 2017 Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sobre/auditorias/arquivos/2016/relatorio-de-gestao-cgu-2016.pdf>>. Acesso em 20 out. 2017.

RESOLUÇÃO N. 93/TCE-RO/2012

[.http://www.tce.ro.gov.br/tribunal/legislacao/arquivos/Res-93-2012.pdf](http://www.tce.ro.gov.br/tribunal/legislacao/arquivos/Res-93-2012.pdf)>. Acesso em 21 out. 2017.

RODRIGUES, Domingos Da Costa. **Lei de Acesso a Informação: o caso da Universidade de Brasília -UnB**. Universidade de Brasília Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Departamento de Administração. Brasília – DF, 2012.

ROSA, Marcelo Medeiros da; BERNARDO, Fabiano Domingos; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues e PETRI, Sérgio Murilo. **A Lei de Acesso à Informação como instrumento de controle social: diagnóstico dos municípios do sul do Brasil à luz do artigo 8º da lei 12527/2011**. Navus, Florianópolis ISC Iv. 6 In. 1Ip. 72 - 87 , jan./mar. 2016

SÁ, A. L. de. **Curso de Auditoria**. 10. ed. São Paulo, Atlas, 2002.

SACRAMENTO, Ana Rita Silva. **Contribuições da Lei de Responsabilidade Fiscal para o avanço da Accountability no Brasil**. CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA, V. 10, N. 47 - JUL/DEZEMBRO 2005.

SANTOS, Paloma Maria; BERNARDES, Marciele Berger e ROVER, Aires José. Teoria e Prática de Governo Aberto: **Lei de Acesso à Informação nos Executivos Municipais da Região Sul**. – Florianópolis : Fundação Boiteux 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Auditoria Governamental Módulo 1: Fundamentos de Auditoria**, 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União**. Brasília, 5 de julho de 2011.

Tribunal De Contas Do Estado De Rondônia-TCE/RO. **Instrução Normativa N. 52/2017/TCE-RO**. <http://www.tce.ro.gov.br/tribunal/legislacao/arquivos/InstNorm-52-2017.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2017.

Tribunal De Contas Do Estado De Rondônia-TCE/RO. **Manual De Auditoria Do Tribunal De Contas Do Estado De Rondônia**, Porto Velho, 2015.
https://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id_relatorio=22>. Acesso em 28 nov. 2017.